



COM O POVO E PARA O POVO

libertar o povo é a nossa ambição
servir o povo é a nossa missão

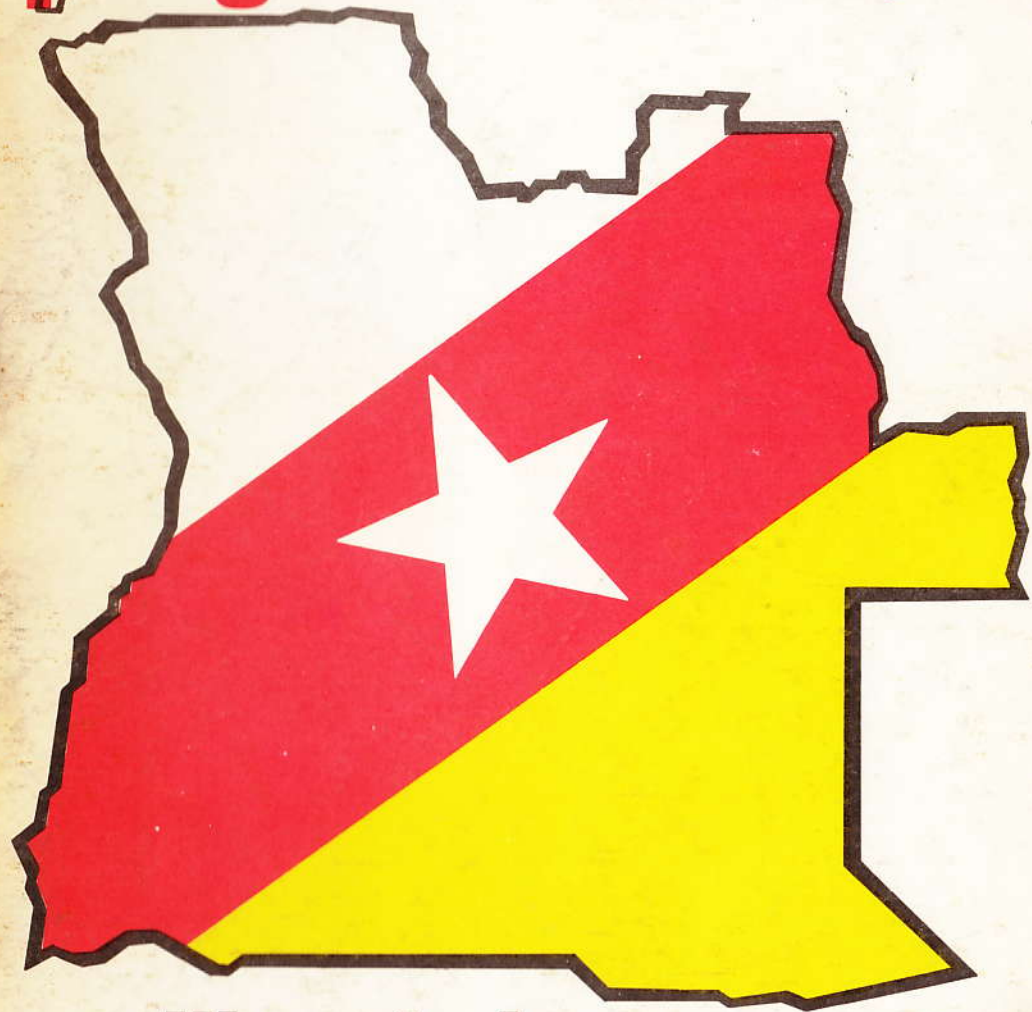
FNLA

FRENTE NACIONAL DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

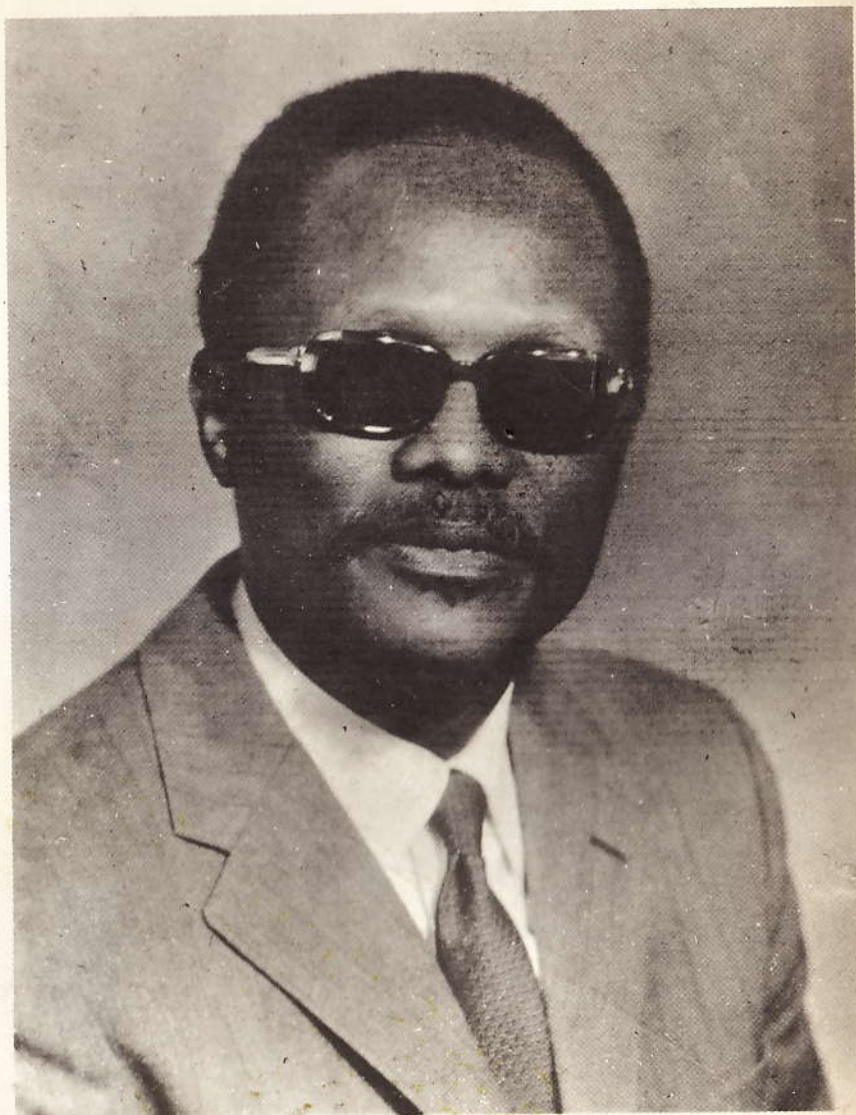
FRENTE NACIONAL DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

FNLA

programa de acção



liberdade e terra



HOLDEN ROBERTO
Presidente da FNLA

ANGOLA
LIBERAR O POVO
COM O SEU

MOLDEN ROBERTO
Presidente da FNLA

A IDEOLOGIA DA FRENTE NACIONAL DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

A luta de libertação nacional do povo angolano não tem
outro fim senão a libertação para o povo angolano da
dominação estrangeira.

O povo angolano quer a libertação da sua terra e da sua
pátria. Quer a libertação da sua terra e da sua pátria
para a sua própria população. Quer a libertação da sua
terra e da sua pátria para a sua própria população.

O povo angolano quer a libertação da sua terra e da sua
pátria. Quer a libertação da sua terra e da sua pátria
para a sua própria população. Quer a libertação da sua
terra e da sua pátria para a sua própria população.

A libertação que o povo angolano quer é a libertação da
sua terra e da sua pátria. Quer a libertação da sua terra
e da sua pátria para a sua própria população. Quer a
libertação da sua terra e da sua pátria para a sua própria
população.

A IDEOLOGIA DA FRETE NACIONAL DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA

A luta de Libertação Nacional do Povo Angolano tem um alcance que vai muito para além da simples queda do poder Português em Angola.

O Nosso Povo, consciente das enormes e sucessivas transformações que elevaram o homem e o colocaram no ponto central de todas as lutas, não poderá aceitar jamais uma simples autonomia territorial que não o conduza ao seu objectivo maior: A TOTAL REABILITAÇÃO DO HOMEM SITUADO NUMA SOCIEDADE DE BEM-ESTAR E DE JUSTIÇA.

O Povo terá que escolher uma Ideologia que se destina basicamente a servi-lo e orientá-lo no meio da Sociedade em que vive. Mas, a todo o custo, deverá recusar todas aquelas que têm por objectivo despersonalizá-lo e embrutecê-lo para assim melhor poderem servir o imperialismo internacional, que jamais abandonará os seus objectivos de dominação dos Povos a coberto de Ideologias atraentes.

A Ideologia que temos seguido e ensinado foi extraída da experiência que colhemos do Povo; não fomos procurar exemplos ou ensinamentos de outros; o nosso Programa é fruto de muitos estudos e profunda meditação acrescidos da sublime vontade de servir desinteressadamente, aqueles por quem abnegadamente lutamos durante 14 anos. Motivados pelos mesmos ideais, estamos determinados, servindo-nos da nossa experiência, a substituir uma sociedade despersonalizada por 500 anos de opressão, por outra sociedade nova e descomplexada onde os valores morais e huma-

nos não mais possam ser desrespeitados por anacrónicos e desprezíveis conceitos.

Como poderá o Povo defender-se de toda essa agressão ideológica que normalmente se instala nos centros urbanos com a intenção de o dividir e semear a confusão?

Irmão Angolano, a Frente Nacional de Libertação de Angola que lutou durante todos estes anos para o povo e, naturalmente com o Povo, não poderia, em vésperas da Independência, adoptar qualquer maneira de agir, susceptível de vir a causar-lhe ainda maiores sofrimentos. Mais, opor-nos-emos, por todos os meios, que outros o possam fazer, pois, se assim viesse a acontecer, teriam sido pura perda a nossa luta e o sangue derramado pela suprema causa da nossa total Libertação.

A nossa Ideologia de expressão clara e simples, está bem definida no nosso Programa e resume-se em duas palavras que nunca nos esquecemos de repetir em todos os nossos pronunciamentos:

LIBERDADE E TERRA

Irmão Angolano, recusa-te a aceitar ideias complexas e contraditórias, cujo objectivo é o de explorar a tua simplicidade, colocando-te perante a alternativa duma guerra civil, condenando-te assim a cada vez mais graves sofrimentos, continuando a privar-te da tua dignidade e liberdade. Estas manobras têm por objectivo único provar que essas Ideologias estrangeiras também poderão ter aplicação no nosso País, ainda que tal facto custe ao Povo a perda de muitas mais vidas e também a liberdade que tantos esforços e sacrifícios nos exigiu para a conquistar.

A Liberdade é uma das condições fundamentais para a realização de toda a acção social e da democracia. Ela pode ser definida, no seu sentido puramente teórico, como a ausência de obstáculos à realização dos desejos do indivíduo; acontece porém, que se ela mesma não fosse condicionada, pelos limites da liberdade alheia, transformar-se-ia em anarquia.

Uma perfeita harmonia entre liberdade individual e organização política e social, é condição fundamental para que as relações entre os seres humanos possam ser relativamente duráveis,

permanentes e repetitivas para que o bem estar social e material do homem não possa ser alterado por conflitos quase sempre de pura origem doutrinária.

Em resumo, a liberdade individual depende da concretização de importantes objectivos tais como, dignidade, respeito próprio, amor, afeição, solidariedade e amizade; a realização destes fins só poderá ser possível através duma linha de conduta e doutrina, na qual sejam usados termos facilmente acessíveis e no devido respeito pelos valores culturais e tradicionais do próprio Povo.

A transformação do homem individualmente considerado, é um dos objectivos prioritários de todos os processos revolucionários. Mas, a meta da Frente Nacional de Libertação de Angola «FNLA», é utilizar essa revolução para libertar o homem Angolano dum estágio de obscurantismo colonial e transportá-lo para uma sociedade autenticamente Nacional capaz de traduzir as verdadeiras aspirações do nosso Povo.

Os objectivos dos nossos adversários continuam a ser os de querer transportar directamente o homem Angolano duma sociedade primitiva e colonial, para um novo tipo de escravização ao imperialismo internacional através da sujeição a Ideologia que não respeitam os nossos valores tradicionais. Tal facto deverá ser considerado como uma inequívoca traição às razões sagradas que motivaram a luta que travamos pelo Povo e com ele, com o objectivo exclusivo de satisfazer as suas verdadeiras aspirações.

Os meios que consideramos indispensáveis para atingir esse fim, estão neste momento ao nosso inteiro alcance e são, em primeiro lugar, o Programa de acção e a linha de conduta da Frente Nacional de Libertação de Angola «F. N. L. A.», cuja meta final é a Independência Total e Imediata.

A Liberdade e Terra que pretendemos restituir ao Povo são as mesmas de que foi privado durante os 500 anos da ocupação colonial.

Os métodos que temos utilizado para tornar possível esse nosso objectivo, resultaram de necessários estudos sócio-económicos que conduziram à elaboração de extenso programa de reconversão de estruturas, cuja finalidade é de transformar a actual

economia de carácter tipicamente colonial, numa economia dirigida a favor do Povo, para que todos os recursos extraídos do nosso solo, possam, no futuro, ser utilizados em proveito de todo esse Povo que durante tantos e tantos anos se bateu corajosamente para atingir, enfim, o objectivo mais sagrado da nossa luta.

A Frente Nacional de Libertação de Angola «F. N. L. A.» considera como elementos primordiais para a promoção social, económica e cultural do Povo, a existência duma sociedade justa, onde os valores humanos sejam rigorosamente respeitados e, uma melhor destinação das riquezas possa contribuir determinante-mente para uma cada vez maior igualdade de oportunidades no sentido de assegurar a todos os angolanos a condição de homens realizados, na dignidade, no progresso e no bem-estar.

Os dirigentes da futura Angola, não serão jamais aqueles que até aqui se serviram do Povo, e da Terra para fortalecerem as suas posições sociais e económicas mas sim, aqueles que mais responsáveis e determinados souberam transpôr as barreiras da dominação, apresentando-se prontos a enfrentar com abnegação e lealdade, as novas realidades Angolanas e contribuir assim para a construção de uma nova Nação capaz de dar ao Povo os meios e capacidade de iniciativa necessários para lhe permitir ser ele mesmo o maior obreiro do irreversível processo de desenvolvimento que conduzirá Angola ao seu mais alto nível, como sociedade íntegra no concerto Africano e Mundial.

IDEOLOGIA para conduzir o Povo ao bem-estar e à justiça sim; mas, quando se pretendem utilizar certos artifícios que transformarão o Povo em simples peão de xadrez no intuito de servir o imperialismo internacional, então Angolano, reflecte e toma as precauções necessárias para evitares comprometer-te em sinuosos e perigosos caminhos através dos quais jamais terás possibilidades de realizar as tuas aspirações de cidadão livre e feliz.

Essas doutrinas que pretendem servir-se de ti, são monstruosas e incompatíveis com as tuas aspirações; lê com a máxima atenção o Programa da Frente Nacional de Libertação de Angola «F. N. L. A.» pois certamente que lá encontrarás a matéria doutrinária mais conveniente para esclarecer todas as dúvidas e ao mesmo tempo para indicar o verdadeiro caminho que te garantirá

a dignidade, a liberdade e a felicidade pelas quais corajosamente lutamos.

Rejeita as promessas fáceis, puramente dogmáticas, pois, essas palavras que parecem nascidas do Povo, contém o suficiente e perigoso veneno que pode não só conduzir à divisão desse mesmo Povo como até à sua auto-destruição. Aceita e medita nos termos em que a Frente Nacional de Libertação de Angola se te dirige pois o Movimento que é de todos os Angolanos conscientes dos verdadeiros interesses Nacionais, mostrar-te-á os verdadeiros caminhos da paz e do equilíbrio que te deverão proporcionar uma vida melhor numa sociedade de bem-estar onde os valores humanos ocuparão um lugar especial e representarão a principal arma de que sempre nos servimos para as sucessivas conquistas e realizações que pretendemos levar a efeito e cuja meta principal é o progresso do nosso País, acompanhado da VALORIZAÇÃO E PERSONALIZAÇÃO DE TODOS OS ANGOLANOS QUE NELA VIVEM.

E C O N O M I A

A organização programática de todos os sectores da Economia Nacional, é um dos objectivos prioritários do Departamento de Estudos Económicos da F. N. L. A., tendo em conta uma real participação, em todos os circuitos, centros de decisão e contróle, de todos os interessados, designadamente das classes trabalhadoras.

Desenvolvimento Económico acelerado e uma mais justa e efectiva distribuição do rendimento Nacional, representam para nós um vasto campo de acção a exigir imediata e ampla colaboração de todos os diversos sectores e correntes produtivas no sentido de que, através duma boa vontade generalizada, possamos fazer crescer o produto Nacional Bruto paralelamente com o melhor crescente e dinâmico partilhamento desses recursos pelas camadas até agora sujeitas a maior exploração.

Tendo sido a motivação primária de todos os nossos princípios Revolucionários, a defesa dos legítimos interesses das classes trabalhadoras, não poderia este facto deixar de representar para nós, também na actual fase, um dos principais objectivos que desejamos sejam alcançados a muito curto prazo; pois, sendo esse, o sector da nossa população que está sujeito aos maiores sofrimentos, deverá ser obviamente o primeiro a ser atendido.

No entanto, dentro do espírito duma intransigente aplicação dos nossos princípios, não permitiremos qualquer tipo de distribuição ou usurpação incontrolada e não autorizada; pois, toda a justiça que não tenha como proveniência O Poder Executivo Nacional, — O GOVERNO DO POVO — não poderá ser chamada de Justiça, mas sim de prepotência que será por nós severamente condenada.

A F. N. L. A. sempre usou ao longo dos 14 anos de luta, a mais rígida disciplina para que as linhas, inicialmente traçadas e extraídas da vontade do Povo, não fossem sujeitas a qualquer desvio; agora que nos encontramos no campo puramente Político, é nossa séria intenção manter idêntico procedimento para que os nossos objectivos de progresso, se traduzam num substancial aumento a curto prazo do P. N. B. e, fundamentalmente, numa mais justa distribuição desse mesmo produto.

Ainda dentro da mesma linha de defesa dos interesses do Povo, procuraremos utilizar os processos mais adequados para que venham a ser satisfeitas as necessidades básicas individuais e colectivas, com absoluta prioridade no que se refere a alimentação, habitação, Educação, saúde e segurança social.

Para que se torne possível a realização dos seus principais objectivos, a F. N. L. A. preconiza uma ampla participação e controlo estatal em todos os sectores dominantes da Economia para que as directrizes agora traçadas, possam ser integralmente cumpridas em toda a sua dimensão.

A participação nos circuitos Económicos, da Entidade Estatal, tem por finalidade principal uma maior dinamização e confiança através do crédito assegurado e, principalmente, para ser imprimido a todo o sector económico, uma maior objectividade no sentido dos superiores interesses Nacionais; o controlo Estatal, tem o

alcance principal de garantir uma cada vez mais justa repartição dos rendimentos e uma sempre melhor destinação dos recursos em benefício dos supremos interesses do Povo.

A Empresa Pública ou Nacionalizada, poderá existir como órgão dinamizador da vida Económica, devendo projectar toda a sua actividade, ao nível de infra-estruturas susceptíveis de influenciar o desenvolvimento e a capacidade de realização de todo o sector Económico Nacional.

A liberdade do trabalho, a empresa e a propriedade privada serão sempre garantidas desde que possam ser consideradas como instrumento de realização pessoal dos cidadãos, contribuindo ao mesmo tempo para o desenvolvimento económico, cultural e de bem estar social.

A liberdade sindical, o direito à greve, a participação, fiscalização e co-gestão das empresas, por parte dos trabalhadores, são meios que consideramos necessários como essenciais para uma permanente e contínua subordinação da iniciativa privada e da concorrência, aos superiores interesses do Povo e da Justiça Social.

O cooperativismo, significando a união e coordenação de meios e esforços no sentido de uma actividade comum mais competitiva, é um tipo de Organização Social considerada pela F. N. L. A., como a única via para cada vez mais positiva contribuição das populações rurais, assim organizadas, para a construção do rendimento Nacional e, através de natural aumento de produtividade decorrente duma mais fácil utilização da Técnica e do Crédito, para poderem usufruir dum substancial aumento remunerativo do seu trabalho.

Considerando o desnível em que vivem as duas camadas da nossa população — Privilegiados e Explorados —, a F.N.L.A. preconiza a constituição imediata de Empresas mistas e Gigantes, destinadas a grandes realizações que consideramos prioritárias no sentido de garantir uma vida mais digna e honrada a todos os angolanos. Situam-se neste contexto, o sector da habitação, Obras Públicas, Infra-Estruturas, Equipamentos Sociais e Educação.

O Homem socialmente seguro e dispondo das condições necessárias para uma existência digna, será a grande força impul-

sionadora da futura Economia Angolana, onde a P. N. B. da Nação passa a ser a curto prazo, o resultado do somatório de rendimento por Homem-ano e nunca, como até aqui, o produto da exploração de algumas poucas Empresas.

Em resumo preconizamos para Angola, os seguintes tipos de Empresa:

- Empresa Familiar — Livre iniciativa
- Pequena e média Empresa — Livre iniciativa
- Grande Empresa — Sujeita ao contróllo Estatal
- Empresa Gigante — Participação e contróllo Estatal
- Multinacional — Sujeita ao regime contratual
- Empresa Pública — Administração Estatal
- Cooperativas — Contróllo e apoio Estatal.

A propriedade privada será estimulada ao nível da Empresa Familiar pequena, média e grande empresa; no entanto, no que se refere a propriedade rural, estará sujeita aos necessários condicionalismos, no sentido de evitar, que uns a tenham em excesso e para além das suas capacidades de exploração, enquanto que outros, não disponham da suficiente para dar livre expressão aos seus ancestrais anseios de donos da terra que cultivam e através da qual subsistem.

As Cooperativas Agrícolas serão sempre dotadas de área suficiente, conforme a actividade a que pretendem dedicar-se mas de tal modo que o espaço não seja, em caso algum, limitativo da sua capacidade de expansão, em termos de produção e rentabilidade.

O sector que a F.N.L.A. considera prioritário e do qual dará o seu mais amplo apoio, é o da Pecuária pois, considera aquele que a mais curto prazo poderá ser o grande motor da mudança de condições de vida das nossas populações Rurais pois, além de apresentar perspectivas de elevados graus de produtividade, resultantes das óptimas condições naturais existentes em todo o território Angolano, é, acima de tudo, aquele que exige menor especia-

lização e, a experiência tradicional do nosso Povo no que respeita à criação de gado, será suficiente pelo menos na primeira fase.

A REFORMA AGRÁRIA

A total reconversão da economia agrária angolana, é um dos problemas que mais tem merecido a atenção dos dirigentes da F.N.L.A.; numa primeira análise sobre o assunto, torna-se evidente a necessidade de fazer um ponto da situação presente por forma a podermos separar aquilo que é válido e positivo de tudo o que deve ser considerado negativo.

A F.N.L.A. considera que deverá ser classificado de positivo, todo o tipo de agricultura que tenha na devida conta a realização pessoal dos trabalhadores que nela se empregam, no que se refere a uma existência social e materialmente digna; ao passo que negativo deverá ser considerado tudo o que possa significar exploração do homem pelo homem.

Considerando que a quase totalidade da agricultura angolana tenha por base a exploração do trabalhador, a F.N.L.A. está decididamente empenhada na procura de soluções que permitam resolver de imediato os mais vitais problemas das populações rurais sem contudo afectar os níveis de produção já alcançados, evitando a todo o custo qualquer tipo de conflito entre empresa e trabalhador.

Será dada a verdadeira expressão ao auxílio do Estado ao pequeno e médio agricultor, estimulando por todos os meios a formação e desenvolvimento de cooperativas de produção agro-pecuárias; concedendo créditos a baixo juro; fornecendo máquinas em boas condições; facilitando a aquisição de sementes, adubos e insecticidas; prestando a conveniente assistência técnica; autorizando e estimulando a instalação de indústrias subsidiárias de dimensão adequada, destinadas a laboração dos produtos agrícolas das próprias cooperativas.

Desenvolvimento da Indústria Química (adubos e insecticidas); realização de obras de rega e drenagem; electrifi-

cação do meio rural; fomento pecuário; melhoramento de vias e meios de transportes e ainda criação de parques de máquinas agrícolas destinadas a serem utilizadas pelas cooperativas em boas condições de rentabilidade.

A F.N.L.A. procurará a todo o custo fazer uma total inversão dos actuais conceitos de propriedade agrícola. A propriedade rural a todos os níveis, terá de ser considerada como um factor criativo de bem-estar e estabilidade social e jamais um elemento representativo do poder capitalista, susceptível de exercer qualquer espécie de pressão ou expressão sobre as classes trabalhadoras.

Na medida em que as empresas agrícolas se estruturarem para atingir esses principais fins sociais, elas passarão a constituir um património a todos os títulos benéficos e a contribuir para a ordem e equilíbrio sócio-económico que serão uma constante de toda a nossa luta em favor do Povo.

A realização da reforma agrária e de outras medidas, tendentes a beneficiar directamente as populações rurais, será dirigida intransigentemente no sentido de elevar para níveis dignos todas as formas de existência sub-humanas agora generalizadas por todo o território, transformando as actuais estruturas rudimentares de exploração, numa agricultura progressiva e florescente, como base indispensável para que todos possam atingir um nível de vida desafogada e de dignidade que queremos determinantemente pôr ao alcance de todos os Angolanos.

Os processos de execução da Reforma Agrária serão:

- Distribuição e redistribuição de terras àqueles que directamente as trabalham;
- reestruturação dos sistemas de exploração actualmente em uso.

As terras livres serão dimensionadas, classificadas e preparadas para a distribuição a Cooperativas devidamente aptas a fazer a sua racional exploração; tendo em conta o total apoio financeiro e técnico do Estado por forma a que cada uma dessas Cooperativas se transforme em novo factor de produção, riqueza e bem-estar social para todos os seus associados.

A distribuição geográfica dessas Cooperativas, terá em conta as condições ecológicas e demográficas de cada região, devendo representar um verdadeiro pólo de atracção para o nascimento de novos centros urbanos, desde o início equipados com todas as condições sócio-culturais para o desenvolvimento equilibrado da personalidade humana de todos os seus habitantes.

As terras de propriedade privada e devidamente legalizadas, serão objecto de tributações anuais e progressivas, com valores calculados para cada hectare; esses impostos só serão suspensos mediante declaração de desistência do seu proprietário, em relação à totalidade ou parte da referida propriedade.

Os meios financeiros provenientes das referidas tributações serão dirigidos directamente para financiamento das Cooperativas Agrícolas em formação e, as terras que forem ficando livres por desistência, serão também incluídas para a distribuição a novas Cooperativas.

Considerando a F.N.L.A. que os sistemas de exploração que actualmente estão a ser praticados não satisfazem os verdadeiros interesses da Economia Angolana e, em nada estão a contribuir para a realização e fins sociais das populações que directa ou indirectamente são o motor para a produção no circuito da agricultura, preconizamos:

— Liquidação de todas as actuais formas de contrato e angariamento de mão-de-obra.

— Pormenorizado estudo regional onde serão tidos em consideração as unidades de exploração existentes, os principais produtos cultivados, condições sociais e perspectivas de novos tipos de promoção sócio-económicos.

— Utilizar as conclusões dos referidos estudos no sentido de uma inteligente e profícua reconversão das Unidades de exploração consideradas de grande dimensão.

— A reconversão terá por objectivo fundamental proporcionar ao trabalhador rural uma afectiva participação e controlo

em todo o circuito da produção por forma a que os valores de venda da produção passem de facto a reverter a favor do trabalhador, em proporções justas e aceitáveis para que a reconversão económica possa significar também uma verdadeira reconversão de todo o sistema social e cultural do trabalhador e assim também do homem angolano.

— Fazer com que os novos moldes de exploração das terras resulte numa justa remuneração do trabalho de cada um para que situações como a de patrão em relação ao trabalhador, não possam mais representar uma total dependência que além de injusta se revestiu sempre de aspectos anti-humanos.

— Procurar que a exploração agrícola empresarial fique sujeita a regulamentação precisa, no que respeita à utilização de mão-de-obra, devendo o contrato ter sempre o aspecto de negociação colectiva entre empresário e Cooperativas de trabalho com a necessária arbitragem do representante Estatal.

— Organização de Cooperativas de trabalho para uma melhor defesa das massas trabalhadoras que assim conseguem novas dimensões para a remuneração da sua função.

POLÍTICA INDUSTRIAL

A F.N.L.A. preconiza uma política industrial que, apelando para uma técnica avançada e sem exploração parasitária de mão-de-obra, assegure um produto que satisfaça a procura interna em concorrência de preço e qualidade com a indústria estrangeira e permita o desenvolvimento industrial em condições competitivas no que se refere aos países vizinhos e também, no contexto universal.

A F.N.L.A. considera que uma economia industrial de pequena dimensão, como é a Angolana, tem de tomar o caminho da especialização de actividades industriais que permitam um campo específico de aberta concorrência ao nível Internacional.

Toda a política industrial será concebida dentro do princípio do desenvolvimento harmónico do todo geográfico Nacional, com especial aceleração do desenvolvimento regional em zonas mais atrasadas do interior do País e com prioridade para a promoção social e económica das camadas da população que mais sentiram os efeitos da exploração colonial.

Esta política será conjugada com um projecto geral de ordenamento ao nível de todo o território, no que respeita à localização das indústrias, com vista a limitar as diferenças demográficas e de rendimento, entre a população do interior do País e a população dos centros urbanos da faixa costeira.

Simultaneamente com a criação de grandes complexos industriais, alguns em conexão com a produção agrícola, justificados por razões de especialização técnica, desenvolver-se-ão no País vários pólos de industrialização que criem novos postos de trabalho para a população libertada das actividades tradicionais impostas. Para tal terá de ser incentivada o lançamento de unidades industriais dotadas de eficiência tecnológica, que aliem o aproveitamento dos recursos naturais à satisfação das necessidades de âmbito regional e Nacional.

Estão neste caso, em primeira prioridade, a indústria química destinada à produção de adubos e insecticidas, sem os quais não se poderá conceber ou estimular uma agricultura racional e ainda a indústria pesada.

Reestruturação, pela concentração em base cooperativa, das indústrias já enraizadas na economia Angolana e que ocupam grandes contingentes da população activa, equipando-as com novas máquinas e apetrechamentos técnicos susceptíveis de lhes aumentar a produtividade de acordo com os mais actualizados métodos técnico-científicos por forma a que os rendimentos per capita e o bem-estar social dos nossos trabalhadores, possam atingir níveis universais justos e aceitáveis.

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Toda a política de desenvolvimento regional, terá de ser dinamizada pelos seus mais directos interessados — OS TRABALHADORES. Ela terá em vista, em primeira prioridade, a Organização racional do espaço com vista a um amplo e, se possível, total aproveitamento de todas as suas potencialidades.

Serão implantadas e racionalmente distribuídos os adequados equipamentos sociais de modo a que constituam, só por si, pólos de atracção susceptíveis de promoverem o mais conveniente ordenamento das populações, de acordo com as suas necessidades e interesses a fim de se estabelecer uma perfeita relação entre os recursos naturais e a cobertura populacional. Isto é condição básica para uma existência de bem-estar, progresso social e integral participação de todos na vida Nacional.

No sentido de ser possível a efectivação prática dos referidos conceitos, entrará em acção logo que possível, um amplo processo de inventariação de meios sócio-económicos, considerados, por nós, como estrutura base dos diversos sectores da actividade Nacional, no que se refere a níveis de emprego, fluxos de pessoas e bens, estruturas administrativas. É ponto fundamental dos nossos princípios, uma sempre activa e actuante participação das populações locais no sentido de que as vocações e potencialidades de cada região sejam as principais determinantes do seu desenvolvimento com vista à integral exploração de todos os recursos, aproveitados e destinados a beneficiar directamente o Povo Soberano.

A nossa política de desenvolvimento regional considera prioritários os investimentos em zonas críticas, onde subsistam precárias condições de vida e subdesenvolvimento que possam ser consideradas de particularmente graves; essas zonas terão de receber imediato apoio no que se refere a redes de comunicação mais rápidas, criação de infra-estruturas e pólos de desenvolvimento agrário, além dos necessários centros sociais e culturais que representarão para nós uma constante preocupação de todos os nossos processos de desenvolvimento.

Paralelamente com a criação de grandes centros agrícolas, desenvolver-se-ão, em todo o País, indústrias competitivas e com-

plementares dos sectores agro-pecuários e mineiro, destinados a criar os necessários postos de trabalho para todos os que, progressivamente se forem libertando, através duma melhor especialização, das suas actividades tradicionais.

Serão criados, com a maior urgência, organismos de acção e coordenação a nível regional e Nacional, dirigidos no sentido de um eficiente apoio técnico e financeiro, procurando, através dos mais modernos métodos de gestão e co-gestão e ainda com especial participação das classes trabalhadoras e autoridades regionais, incentivar a produtividade sem deixar de garantir os verdadeiros interesses e legítimos direitos do trabalhador.

TRABALHO

A liberdade de trabalho e a propriedade privada serão sempre garantidas, na medida em que constituírem instrumento da realização pessoal dos cidadãos e do desenvolvimento cultural e económico da sociedade, devendo ser objecto de uma organização programática e disciplinada, por parte dos órgãos representativos da Comunidade Política.

Considerando o trabalhador como sujeito e não como objecto de qualquer actividade, deverá este passar a assumir a sua própria posição de sujeito autónomo e directo responsável por todo o processo social, cultural e económico no que se refere à sua esfera de acção e influência.

A F.N.L.A. preconiza como necessidade imediata a criação de novos postos de trabalho, procurando em termos concretos e sempre que possível, a desalienação do operário, assim como a eliminação total de qualquer tipo de exploração do homem pelo homem.

Deverão ser criadas, logo que as condições o permitam, as necessárias condições técnicas e sociais para uma diminuição progressiva do tempo diário de trabalho e consequente aumento

de tempos livres, que possam permitir ao trabalhador outras actividades, nomeadamente, uma maior intervenção em assuntos de gestão social em toda a sua verdadeira extensão.

Promoveremos a criação das necessárias condições para que as relações de trabalho dentro da empresa, possam ser democraticamente geridas de direito e de facto pelos trabalhadores, passando a ser de sua maior responsabilidade o controlo das suas condições de trabalho por forma a evitar todas as formas de autoridade arbitrária ou disciplina repressiva que possam transformar a sua ocupação num fardo ainda mais difícil de suportar.

O nosso conceito de trabalho, implica que o acto de produção seja também uma afirmação da personalidade do operário. Tal orientação pressupõe que o trabalhador deverá exercer o direito de planear, executar e controlar a política económica e social, através da sua mais directa participação nos órgãos de Administração Pública e na gestão das empresas.

O direito ao trabalho será garantido mediante adequada legislação social, de aplicação imediata, principalmente no que respeita às condições e duração do trabalho, despedimentos, férias, formação profissional, estágios e educação em geral.

Será eficazmente aplicado o princípio «Trabalho igual salário igual», tanto no que respeita aos jovens como no que respeita às mulheres, assegurando-se em relação a estas, tudo o que diga respeito a promoção, qualificação ou remuneração e ainda que não sofram qualquer limitação derivada da sua situação feminina ou familiar.

SINDICATOS

O reconhecimento do poder dos trabalhadores, implica a inteira liberdade de criarem sindicatos, aderir a eles livremente e geri-los da forma mais conveniente para defesa dos seus interesses. Igualmente implica a liberdade de constituir federações que possam apresentar-se perante as empresas privadas, públicas

e órgãos de poder político, como organizações representativas, com objectivo de livre exercício democrático por parte do operariado.

Será assegurado aos trabalhadores o direito de criarem e manterem órgãos de informação e poderão filiar-se em organizações internacionais, segundo o seu livre arbítrio.

Existirão nas empresas secções Sindicais, forma de assegurar aos trabalhadores livre exercício dos seus direitos, através dos respectivos delegados que servirão de elemento de ligação permanente entre os trabalhadores e a direcção da empresa.

A liberdade Sindical, o direito a greve, a participação, fiscalização e co-gestão das empresas, por parte dos trabalhadores, são meios necessários e fundamentais para uma permanente e continuada subordinação da iniciativa privada aos interesses de todos e à verdadeira Justiça Social.

SEGURANÇA SOCIAL

A F.N.L.A. garantirá o financiamento dos principais esquemas de Segurança Social, mediante as contribuições impostas às entidades patronais públicas e privadas e aos trabalhadores, devidamente suplementadas, pelo Orçamento geral do Estado. Será garantida a gestão democrática de todas as Instituições e garantido também o seu controlo por representantes dos trabalhadores e funcionários dos respectivos serviços.

O esquema de segurança social que terá de ser planeado e montado praticamente de raiz, garantirá idênticos benefícios a todos os utentes e a aplicação do princípio da integral reparação de riscos sofridos, assegurando desta forma, a todos os trabalhadores uma continuidade de condições económicas aceitáveis; serão ainda asseguradas as convenientes actualizações de pensões e outros subsídios de acordo com a elevação do custo de vida.

A F.N.L.A. considerará como normal o limite de 60 anos para o direito à reforma e assistência do Estado, desde que outros condicionalismos não justifiquem limites diferentes.

Acidentes de trabalho e desemprego involuntário estarão, em casos normais, cobertos pelos respectivos fundos por forma a que o trabalhador nessas condições possa ter a garantia de poder manter uma existência digna para si e para a família.

No plano da assistência infantil, será organizada uma rede nacional de assistência devidamente equipada, social e tecnicamente, de modo a atingir a verdadeira finalidade inerente às necessidades da criança e da família.

A reforma, depois de uma vida activa, é um direito que tem de ser assegurado a todos os trabalhadores. A idade da reforma deverá tender a diminuir na medida em que o desenvolvimento económico do País o permitir, por forma a que o trabalhador possa gozar a sua reforma quando ainda dispõe de forças físicas e psíquicas para se dedicar a actividade de enriquecimento cultural ou a qualquer outra de natureza voluntária e de interesse para a comunidade.

SAÚDE

A F.N.L.A. proclama que o direito à saúde se inscreve no quadro dos direitos dos cidadãos no âmbito da acção social, devendo assegurar a todos a existência e salvaguarda, designadamente mediante o acesso de todos, em condições de igualdade, aos serviços médicos e hospitalares, aos tratamentos e aos medicamentos, mantendo embora, o princípio da livre escolha do médico pelo doente.

A defesa da saúde Pública deverá ser considerada na sua verdadeira dimensão como problema de maior importância, directamente interligado com outros como os da alimentação, habitação, instrução, desporto, urbanismo e meios de transporte. A F.N.L.A. reconhece assim, que a política coerente de Saúde Pública, suscita problemas também de ordem social, que só poderão encontrar solução cabal no quadro de uma radical transformação da sociedade Angolana tendo em vista a instauração de todo um completo Planeamento à Organização Social.

Quer por razões de financiamento quer de organização, a defesa da Saúde será assegurada pelo Estado através da criação de um serviço Público unificado, que a todos garantirá a necessária assistência médica e medicamentos.

Na formação e actualização profissional de médicos, enfermeiros, técnicos e assistentes sociais, e outros trabalhadores da saúde, ter-se-á sempre em conta a dignificação da profissão, mais dirigida no sentido de utilidade pública do que propriamente no âmbito puro e simples das explorações do doente com fins lucrativos no exercício da medicina. Todas as formas privadas de medicina serão disciplinadas e controladas por forma a limitar qualquer tipo de competição com os Serviços Públicos.

O Estado controlará o fabrico e importação de medicamentos, considerando-os como artigos de primeira necessidade e zelará para que a utilização dos mesmos nos Serviços Públicos e privados, tenha por base a mais judiciosa aplicação, caracterizada por inequívoca fundamentação científica e técnica.

A rede hospitalar será planificada à escala Nacional e representará o eixo central de todo o esquema médico e sanitário devendo, pela sua transcendente importância, ser colocado na total dependência do Estado.

O hospital deverá tornar-se o centro de toda a medicina curativa e implicará:

- Na racionalização da sua distribuição geográfica;
- Na regulamentação de atribuições;
- No financiamento do hospital em coordenação com os demais Serviços de Saúde;
- Na criação de centros e de unidades especializadas no tratamento de certas afecções;
- Na revisão e modernização dos equipamentos hospitalares;
- Na democratização das suas formas de gestão e conveniente aproveitamento do hospital como centro de ensino.

Os Serviços de Saúde incluirão todas as formas profiláticas, de reabilitação, readaptação e medicina do Povo e coordenarão a medicina escolar, desportiva e do trabalho. Será de imediato revisto todo o sistema de educação médica e dos outros técnicos de saúde e, serão criados os necessários Institutos de ensino e Investigação médica e de Ciências biológicas, essências à medicina e defesa da saúde e do meio ambiente.

Os Serviços de Saúde não se limitarão a esperar a vinda do doente para receber tratamento; usarão pelo contrário, os métodos mais expeditos para que a assistência chegue com oportunidade ao próprio doente e, fundamentalmente, procurarão que, através de generalizadas campanhas sociais, seja levado a cabo o ensino intensivo e esclarecido da medicina preventiva, que incluirá adequada mentalização para uma mais fácil aceitação das vacinas convencionais como meio mais indicado para uma substancial diminuição da mortalidade infantil que hoje se verifica no seio das nossas populações.

EDUCAÇÃO E ENSINO

Serão garantidas a todos os Angolanos, iguais oportunidades de formação intelectual e física, igual respeito pelas aptidões demonstradas e livre acesso ao ensino e à cultura por forma a que todos possam desenvolver plenamente a sua personalidade e contribuir para a construção de uma sociedade genuinamente angolana, fundamentada no livre e fiel ajustamento de cada um dos seus cidadãos, no seio dessa sociedade.

A programação geral do ensino, será objecto de um natural enquadramento na política global sócio-económica do País, tendo em conta particularmente as necessidades e insuficiências verificadas nos diversos sectores da actividade colectiva. Impõe-se, desde já, reorganizar profundamente o ensino, a todos os níveis, assim como as instituições de investigação e cultura, promovendo uma

política de autêntica educação popular e formação profissional permanente.

Importa dar ao homem os meios adequados para poder prosseguir indefinidamente a sua formação moral e cultural; importa dar ao trabalhador as condições para desenvolver o seu aperfeiçoamento técnico-profissional; e, importa, sim, dar a todo o cidadão a intelectualidade e a capacidade para intervir, de maneira consciente e directa, na gestão da vida pública.

A F. N. L. A. inspirou-se quanto a este problema, nos verdadeiros anseios de cultura do seu Povo e, fundamentou-se no art.º 26 — n.º 1 da Declaração Universal dos direitos do Homem — «Toda a pessoa tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos no que respeita ao ensino elementar e fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado. O acesso aos estudos superiores deve ser aberto a todos, em plena igualdade e em função do seu mérito».

Para a F. N. L. A. a escola terá de ser uma instituição ao serviço do Povo. O desenvolvimento e generalização da educação, da formação profissional permanente e da cultura popular, são alguns dos nossos objectivos prioritários, na própria medida em que os consideramos como condições básicas para uma mudança estrutural e qualitativa da vida, no seio da nossa futura sociedade.

A F. N. L. A. estabelece como prioridade máxima, em matéria de educação Nacional, a liquidação radical do analfabetismo, mancha vergonhosa herdada dos 500 anos de obscurantismo colonial; considera para tanto indispensável, a realização de uma campanha de âmbito Nacional que mobilize o sector Público e privado, administração territorial regional e todas as diferentes associações e colectividades capazes de contribuir para o fim em vista.

O ensino, segundo os nossos conceitos, visa o completo desenvolvimento da personalidade de cada educando, procurando a formação convergente do homem como cidadão e como trabalhador, tendo em consideração o facto de serem, os dois, elementos fundamentais da formação e realização integral do ser humano — mais educação para mais personalização.

O ensino deverá ser *gratuito em todos os seus graus*, na medida do possível, e preconizamos, nesta fase inicial, uma larga campanha de bolsas de estudo, destinadas a melhor servir aqueles cujos meios materiais podem de algum modo ser limitativos do integral aproveitamento das potencialidades intelectuais que possuem.

A frequência deverá ser, a curto prazo, obrigatória até aos 15 anos e, logo que as estruturas o permitam, até aos 18; será sempre respeitado o princípio de máxima abertura a todas as vocações e capacidades raras do aluno, para que a escolha da carreira de cada um seja a mais ajustada aos desejos próprios e aos interesses fundamentais da colectividade.

Promover-se-á um largo desenvolvimento do ensino nocturno, no sentido de permitir às classes trabalhadoras superar as discriminações de que foram anteriormente vítimas e resultantes das reduzidas habilitações que por força das circunstâncias recebeu.

O ensino será independente da formação religiosa de cada um, não devendo estar sujeito a qualquer tipo de coacção familiar ou social.

A valorização do ensino deverá fundamentar-se na revisão da condição material e jurídica da função de ensinar, da formação e actualização profissional do magistério, bem como na contribuição activa para a estruturação de uma política Nacional de educação e cultura.

A cultura deverá ter as suas raízes nas suas verdadeiras realidades tradicionais e Nacionais mas, situando-se sempre em horizontes Universalistas.

Todo o homem, seja qual for a sua profissão e os graus de ensino que tenha alcançado, tem o direito de melhorar a sua posição sócio-profissional e de enriquecer os seus ócios, participando e usufruindo de todos os benefícios da cultura e da vida colectiva (princípio da educação permanente).

A promoção desportiva será parte integrante da promoção social, ou seja da valorização e integral dignificação do homem. Estaremos vigilantes, no sentido de evitar qualquer tentativa que possa colocar o desporto ao serviço de fins especulativos ou alie-

natórios que transformem o praticante em mero autómato manipulado com objectivos publicitários ou comerciais.

Será concedida prioridade a todas as práticas desportivas susceptíveis de envolver ou influenciar a participação popular.

Promover-se-á a construção das necessárias infra-estruturas de modo a acelerar a generalização corrente da prática desportiva. Prioritariamente serão construídos parques de jogos, de utilização livre a localizar em espaços livres dos centros urbanos e ainda junto a todos os estabelecimentos de ensino para que a população, em geral, e a Juventude em particular, possam ter franco acesso à cultura física e dar livre expressão aos seus justos anseios de valorização humana.

JUVENTUDE

A F.N.L.A. tem plena consciência de que os jovens são mais duramente atingidos do que as outras camadas da população, pela permanente agressão ideológica e incoerência das sociedades Imperialistas. Não constituindo esses mesmos jovens, um bloco homogéneo mas, pelo contrário, encontrando-se distribuídos pelas diversas camadas sociais que constituem o todo Nacional, têm contudo problemas e responsabilidades comuns na importante e prioritária tarefa duma total transformação e reformulação de valores na nova sociedade Angolana.

Para a F.N.L.A. é definição de base que toda a espécie de discriminação baseada na idade ou sexo, será por nós sempre rejeitada e, em vários pontos deste nosso programa, fazemos referência nesse sentido; entendemos ser também um dever de qualquer governo, favorecer o exercício pelos jovens, das mais largas responsabilidades sociais e de organização no respeitante a convivência humana.

Consideramos da maior vantagem todo o tipo de diálogo com os jovens, por forma a poder-se conciliar o respeito pela originalidade e entusiasmo existentes em potencialidade na Juventude e o imobilismo alienante a que o traumatizante passado a condenou.

A F.N.L.A. considera ainda de primordial importância toda a espécie de luta contra a delinquência juvenil, uso de drogas e outras diversas formas de alienação de que os jovens são normalmente vítimas na actual sociedade Angolana.

A F.N.L.A. consciente da grande realidade de que na Juventude está a maior força e a base de todas as potencialidades, capazes de transformar e fazer uma nova selecção de valores da nossa sociedade, sempre procurou fazer evoluir, consciencializar e cultivar os nossos jovens no elevado espírito de Nacionalista, cujos sentimentos fortes se manifestam irreconciliáveis com todas as posições de imobilidade e expectativa onde o comodismo ou falta de iniciativa pode estar a condenar o nosso Povo a maiores e injustificadas esperas ou mesmo, a trágicas convulsões entre irmãos, só porque uns poucos não sabem ou não querem compreender os interesses da maioria.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

A F.N.L.A. promoverá a imediata remodelação da divisão administrativa de todo o território com vista a adaptá-la às realidades geográficas, demográficas, económicas, políticas e sociais, assim como diligenciará a suspensão de funções de todos os funcionários ainda ao serviço por nomeação do regime colonial.

Os funcionários suspensos, contra os quais não recaiam culpas graves e relativamente à sua anterior prestação de serviço, poderão ser reaproveitados se assim o desejarem, segundo as suas qualificações em novas funções e segundo os novos critérios que vierem a ser instituídos.

Procuraremos de imediato reestruturar toda a vida política e administrativa do País, a partir e com base na reconhecida autoridade tradicional; serão reformulados todos os processos que actualmente presidem a vida Pública, nomeadamente a mentalidade de todos os que exercem funções públicas, sejam de que natureza forem, no sentido de que serão eles a prevalecer ao serviço

do Povo, e não o inverso, de modo a bloquear qualquer espécie de autoritarismo e abuso do poder.

Será no futuro assegurada a conveniente igualdade de oportunidades para todos os Angolanos e livre acesso aos lugares de Administração Pública, segundo critérios de competência, idoneidade e representatividade.

URBANISMO

A política urbanística terá como objectivo prioritário a suspensão das desigualdades urbanas, que têm vindo a agravar-se em resultado da estratégia colonialista e que se manifesta sob a forma de desigualdade nos serviços urbanos existentes entre as diversas cidades e entre as diversas zonas da mesma cidade; desigualdades entre as reservas residenciais das classes privilegiadas e os subúrbios ou bairros abandonados às classes médias e operárias; desigualdades nos meios de transporte acessíveis à maioria da população como resultado de políticas deliberadas de financiamento para aquisição de transportes individuais em detrimento da eficácia e economia dos transportes públicos para serviço das classes trabalhadoras; desigualdades na fruição de áreas ou parques públicos, em contraste com o crescente domínio privado de reservas paisagísticas através dos seus amplos quintais ou jardins.

A estratégia da FNLA não poderá deixar de ter como objectivos, a curto prazo, a passagem ao domínio Público dos espaços vitais da cidade, visando pôr ao serviço do maior número de habitantes os principais meios essenciais a uma normal vida quotidiana, contribuindo, assim, para a eliminação dos principais condicionalismos no que se refere à localização do trabalho e residência, à existência e acessibilidade dos Serviços, ao espaço para ocupação dos tempos livres e ao custo e fadiga das deslocações.

A F.N.L.A. considera que a passagem dos serviços e espaços vitais urbanos para o domínio público, deverão ser conduzidos tendo para uma autêntica autogestão das actividades e dos espaços considerados de interesse social, pelas próprias populações, através

das convenientes estruturas sindicais, culturais e outras de modo a que as decisões e planeamento global se possam traduzir na satisfação das fundamentais necessidades e anseios das populações, especialmente as de menores recursos.

A F.N.L.A. preconiza a progressiva transferência do solo urbano e respectivas reservas, para a posse do Estado, impedindo assim a criação de mais novas valias que estão na base de grande parte das actuais diferenças e injustiças urbanísticas.

Consideramos da maior urgência a constituição de organismos de coordenação, representativos dos interesses colectivos, com o objectivo de encontrar as soluções urbanísticas mais convenientes e de as integrar num planeamento mais adequado e eficiente. Além da colaboração dos mais ajustados especialistas, tais organismos serão sempre enquadrados por representantes dos utentes e promoverão por sistema, o diálogo com as populações.

LIBERDADES FUNDAMENTAIS

A F.N.L.A. entende que na base de todas as liberdades está a defesa dos interesses dos trabalhadores e que o exercício dessas liberdades se fundamenta na plena participação de todos os cidadãos na vida política, social e cultural da Nação.

A livre expressão de ideias e o direito à informação não deverão estar sujeitas à censura, havendo no entanto que respeitar os limites impostos pelas leis gerais e a excepção a todo o tipo de agressão ideológica que procuraremos evitar por todos os meios. Todas as medidas preventivas e repressivas, serão da exclusiva competência dos tribunais comuns.

A F.N.L.A. garantirá a liberdade e a inviolabilidade de crenças e práticas religiosas, não podendo alguém, por causa delas, ser perseguido, privado de qualquer direito ou ficar isento de qualquer obrigação ou dever cívico.

Será garantida a inviolabilidade de domicílio e o sigilo da correspondência, assim como o direito de livre deslocação e fixação

em qualquer ponto do território Nacional e ainda o direito de emigrar temporária ou definitivamente.

Será garantido o direito à intimidade da vida privada, sendo considerados como ilegais, todos os processos de escuta e registo de conversas não públicas assim como a observação ou registo de factos do domínio privado através de meios fotocinematográficos.

A informação não deverá ser utilizada como arma de polícia, cabendo a todo o cidadão o direito de recorrer aos tribunais sempre que alguma informação esteja de algum modo a limitar a sua livre circulação e a utilização de meios na sociedade.

A F.N.L.A. considera que todos os cidadãos têm a mesma dignidade social e são iguais perante a lei. Compete ao Estado eliminar todos os obstáculos de ordem económica e social que devem ser considerados limitativos da liberdade e igualdade dos cidadãos, impedindo o pleno desenvolvimento da personalidade humana e a participação ampla e efectiva de todos os trabalhadores na Organização Política, Económica e Social do País.

Ninguém poderá ser privilegiado, beneficiado ou privado de qualquer direito, em consequência do seu sexo, da sua ascendência, da sua língua, da sua origem, das suas crenças, das suas opiniões políticas ou religiosas e finalmente das suas particularidades sociais ou pessoais.

Os criadores de cultura, têm o direito de se organizar em associações profissionais e culturais, destinados a defender as condições mais convenientes para o exercício das suas actividades, bem como zelar pelo prestígio e independência das suas profissões.

Instituir um sistema da mais inteira liberdade e responsabilidade para todos os órgãos de comunicação social, assegurando-lhes completa independência dos poderes públicos assim como dos grupos susceptíveis de pressão económica ou qualquer outra.

ELEIÇÕES

Cabe ao povo, através do sufrágio Universal, directo e secreto de todos os maiores de 18 anos, eleger a Assembleia dos Representantes do Povo.

Mediante a prática de um recenseamento officioso, e no qual poderão colaborar todos os que tenham direito a ser inscritos, e respectivos delegados dos Partidos Políticos, os actos eleitorais processar-se-ão sempre com as mais amplas possibilidades de fiscalização, iguais possibilidades de propaganda e de organização para todas as listas de candidatos, e pelo sistema de representação proporcional, por ser o que melhor pode traduzir a vontade do Povo.

O Presidente da República será eleito por sufrágio directo de todos os cidadãos maiores de 18 anos de idade, sendo de sua inteira responsabilidade a formação do Governo logo após o acto eleitoral.

POLÍTICA INTERNACIONAL

A F.N.L.A. considera indispensável uma política externa ao serviço da paz, que será fundamentada nos princípios vigentes e materializados na Carta das Nações Unidas e da Organização da Unidade Africana, a que desejamos pertencer na qualidade de membro efectivo, logo após a nossa Independência.

Na base do princípio de soberania Nacional, da Independência e da igualdade entre os Estados, procuraremos adoptar uma política de alinhamento ao serviço da humanidade e da África em geral e da própria Angola em particular, repudiando qualquer forma de participação em blocos políticos, militares ou económicos de tendência imperialista que usam o poderio militar ou económico como meio de impôr a outra Nação qualquer sistema sócio-político que não seja o da vontade da maioria dos seus habitantes.

Respeitando os princípios enunciados na Declaração Universal dos Direitos do Homem e nas Cartas da Organização das Nações Unidas e da Organização da Unidade Africana, a F.N.L.A. considera sempre a negociação como forma de solução primeira para todos os litígios entre Estados, procurando obter, através do desarmamento internacional, uma paz duradoura entre as Nações que

abra os caminhos à prosperidade, ao bem-estar, assim como à segurança dos trabalhadores de todo o Mundo.

A F.N.L.A. lutará, na medida das suas possibilidades, pelo estabelecimento de um sistema mundial de relações económicas que permita a conclusão de acordos sobre venda e utilização de matérias-primas que melhor salvaguardem os interesses do considerado Terceiro Mundo a que pertencemos, preconizando uma ampla reforma das actuais estruturas do Comércio Mundial e do Sistema Monetário Internacional para que a preponderância de qualquer moeda, não possa continuar a ser factor condicionante ou determinante desse mesmo Comércio.

Constituindo os actuais blocos Político-Militares poderoso obstáculo a uma melhor compreensão entre os Povos e à paz Mundial, a F.N.L.A. considera que a segurança Internacional, nunca poderá ser duradoira se se mantiver o espírito do «equilíbrio pelo terror» entre esses dois blocos, tipicamente Imperialistas, na medida em que, entre eles, não existem mais do que frágeis e inconclusivos acordos.

A projecção de Angola, a nível internacional, não poderá ser pensada separada e independentemente dos Países vizinhos. O Internacionalismo será uma dominante em todas as nossas posições, com especial incidência no que se refere à formação de um bloco Político-Económico, nesta Zona do Continente a que pertencemos, para melhor defesa dos verdadeiros interesses dos Povos que a habitam.

A F.N.L.A. afirma que a sua solidariedade absoluta com todas as forças democráticas e progressistas que lutam ainda contra regimes fascistas ou de minoria e considera que deverão ser procuradas e estimuladas todas as formas de aproximação económica e cultural com todos os Países do Mundo em geral e do Continente Africano em particular, em termos de igualdade e respeito mútuo e na não ingerência nos respectivos assuntos internos.

Com Portugal serão mantidas as mais estreitas relações sócio-económicas e culturais, em termos de igualdade e maior respeito por um passado e presente que não poderão deixar de influenciar favoravelmente um futuro de fraternidade e mútuo interesse.

A LIBERDADE DE UM POVO SE PÕE EM TERMOS
DE DETERMINAÇÃO E DE FÉ NA VITÓRIA FINAL.

HOLDEN ROBERTO

PROGRAMA

A. REFORMA AGRÁRIA E DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

1. Nacionalização do solo e sub-solo.
2. Liquidação de todas as formas de produção pré-capitalista.
3. Eliminação da concentração capitalista da terra pela Nacionalização das empresas concessionárias.
4. Distribuição das terras aos camponeses que não a possuam ou que não a possuam suficientemente, com preferência às colectividades agrícolas que serão criadas sob a égide do Estado.
5. Restituição das terras aos camponeses que lhes foram tiradas durante o regime colonial.
6. Organização dos camponeses em colectividades e encorajamento do sentido colectivo e cooperativo tradicional da comunidade camponesa angolana. O sector agrícola deve ser um dos factores fundamentais duma reforma agrária autenticamente revolucionária.

7. No quadro da planificação, reconhecer aos pequenos e médios produtores, uma liberdade de acção total, fazendo-lhes compreender as vantagens do sistema cooperativo.
8. A exploração pelo Estado das terras improdutivas ou terras provenientes dos latifúndios colonialistas deve ser desenvolvida.
9. O Estado deverá promover a diversificação e a mecanização da produção agrícola pela utilização racional da técnica moderna. Deverá ser posta à disposição do campesinato meios de crédito assim como todos os meios científicos destinados a aumentar a produtividade agrícola.
10. O Estado assegurará a comercialização da produção agrícola por intermédio dum ofício de comercialização e por cooperativas de venda.
11. O Estado deverá alargar as superfícies cultiváveis mediante uma política enérgica de irrigação, principalmente em certas regiões reputadas improdutivas.

B. SECTOR INDUSTRIAL E FINANCEIRO

1. Contrôlo pelo Estado de todas as grandes empresas industriais e Nacionalização de todos os recursos energéticos.
2. Contrôlo ou grande participação do Estado em todas as impresas mineiras.
3. Contrôlo de todos os Bancos e Companhias de Seguros.

4. Nacionalização de todos os meios de transporte: melhoramento da infra-estrutura itinerária.
5. Planificação económica em todos os ramos de produção.
6. Desenvolvimento das indústrias leves e de consumo da indústria pesada.
7. Criação de uma moeda Nacional, dum Banco Emissor e organismos de crédito.

C. PROBLEMAS POLÍTICOS E SOCIAIS

1. Criação duma República Soberana, sobre uma constituição Democrática e social. Salvaguardar a Integridade Territorial de Angola nas suas formas geográficas e administrativas actuais.
2. Reforma completa do aparelho administrativo.
3. Luta activa contra o desemprego.
4. Reconversão dos combatentes do ELNA pela sua integração no circuito económico do País.
5. Reforma urbana, direito de todos os trabalhadores de possuir um alojamento decente.
6. Criação de instituições Nacionais para a preservação da saúde pública, no quadro da reforma médica e sanitária.

7. Aplicação de uma política de segurança social.
8. Abolição de todas as leis racistas e discriminatórias que privam as massas de toda as liberdades e de toda a justiça em proveito duma categoria privilegiada.
9. Protecção da fauna e do meio ambiente.

D. CULTURA

1. Reforma do ensino com vista a adaptá-lo às realidades e às necessidades Nacionais e de suprimir os monopólios culturais impostos pelo colonialismo.
2. Ensino primário e secundário grátis.
3. Alfabetização intensiva das massas e introdução das principais línguas Nacionais no ensino.
4. Desenvolvimento da educação científica e técnica, criação da escola politécnica, de universidades do Estado e de institutos de investigação científica.
5. Desenvolvimento e protecção da liberdade artística e literária.
6. Difusão intensiva do ensino agrícola e da educação Revolucionária no seio do campesinato e da classe operária.

E. POLÍTICA EXTERNA

1. Solidariedade total com todos os povos que lutam pela justiça, liberdade e seus direitos.

2. Cooperação com todos os Países do Mundo sobre a base do respeito mútuo da soberania e da Independência Nacional.
3. Adesão aos princípios e iniciativas revolucionários que tendem para a unidade Africana e aos princípios enunciados nas Cartas das Nações Unidas e da Organização da Unidade Africana.

ESTATUTOS DA F.N.L.A.

ESTATUTOS DA F.N.L.A.

Art. 1.º — O Movimento que é regido pelos presentes Estatutos é denominado: **FRENTE NACIONAL DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA «F.N.L.A.»**

- a) A sua Sede é em Angola;
- b) A sua divisa é: **LIBERDADE E TERRA**. A Liberdade para todos os Angolanos sem distinção de raça, sexo ou religião; a Terra para todos aqueles que a exploram em benefício da colectividade e os que dela foram expropriados injustamente.

Art. 2.º — Movimento da vanguarda das massas camponesas e operárias, aglomerando no seu seio todos os sectores da sociedade angolana, a Frente Nacional de Libertação de Angola «F.N.L.A.» tem por objectivos:

- a) A Unidade do Povo Angolano;
- b) A Elevação da Consciência Nacional, revolucionária e cívica das massas Angolanas;
- c) A Luta, por todos os meios, contra o colonialismo, neocolonialismo e imperialismo, sob todas as suas formas;

- d) A Edificação, numa Angola verdadeiramente livre, Independente e Soberana, duma Sociedade Democrática, anti-racista e social;
- e) A Realização das reivindicações sociais das massas operárias e camponesas;
- f) A Industrialização rápida do País;
- g) A Promoção Económica de Angola;
- h) A Reforma Agrária em benefício da maioria das massas.

Art. 3.º — Podem ser membros da F.N.L.A. todos os Angolanos sem distinção de raça, sexo, religião, origem étnica e residência, que subscrevam aos Estatutos do Movimento e se comprometam a militar activamente pelo triunfo dos ideais da F.N.L.A.

Art. 4.º — Todo o membro da F.N.L.A. deve abster-se de pertencer ou de militar no seio duma outra formação política.

Art. 5.º — Os membros da F.N.L.A., a todos os níveis, têm o direito de:

- a) Assistir às reuniões e discutir livremente, segundo os princípios democráticos, tendo contudo em conta certas reservas que a disciplina do Movimento exige;
- b) Eleger e ser eleito para órgãos dirigentes;
- c) Assistir às reuniões, sempre que tenha de ser tomada uma decisão que lhes diz respeito e sob convocação do Bureau Político;

- d) Submeter toda e qualquer iniciativa que diga respeito à marcha da Revolução ao Comité da sua Organização de Base «Célula ou qualquer outro órgão do Movimento, incluindo o Bureau Político»;
- e) Zelar pela execução das decisões do Movimento, participando de maneira activa nas tarefas da Revolução;
- f) Preservar a unidade de pontos de vista e de acção do Movimento como principal condição do êxito daquele.

Art. 6.º — Os membros da F.N.L.A. devem pagar regularmente as suas cotas.

Art. 7.º — Os meios de Subsistência da F.N.L.A. provêm essencialmente das cotizações dos seus membros e de ofertas de países amigos e de organizações internacionais.

Art. 8.º — A doutrina do Movimento é o «NÃO ALINHAMENTO ACTIVO», na liberdade de manter relações privilegiadas com todos os países que apoiam activamente as reivindicações legítimas do Povo Angolano.

Art. 9.º — Os princípios que regem a Política Interna da F.N.L.A. são os seguintes:

- a) A DEMOCRACIA;
- b) A OBJECTIVIDADE E A AUTOCRÍTICA;
- c) A IGUALDADE;

d) A JUSTIÇA;

e) O RESPEITO MÚTUO DE TODOS OS MEMBROS;

f) O RESPEITO PELA HIERARQUIA.

Art. 10.º — As Relações Exteriores da F.N.L.A. baseiam-se no estrito respeito mútuo da Soberania de cada um.

ESTRUTURAS

Art. 11.º — A Frente Nacional de Libertação de Angola «F.N.L.A.» é estruturada organicamente em:

— NAÇÃO (Angola nos seus limites administrativos e geográficos actuais).

— DISTRITO.

— CONCELHO.

— TERRITÓRIO (Circunscrição).

— ZONA (Posto).

— ALDEIA ou CÉLULA.

Art. 12.º — A F.N.L.A. é dotada, a nível superior, dum Conselho Nacional da Revolução, órgão supremo cujos membros são nomeados pelo Presidente, sob proposta do Bureau Político.

DIRECÇÃO

Art. 13.º — A F.N.L.A. é dirigida por um Presidente cujo mandato se estende até ao triunfo integral dos ideais e dos objectivos da Revolução.

Art. 14.º — Nos casos de ausência, as atribuições da presidência são cometidas a uma comissão especial designada pelo Presidente.

Art. 15.º — Os membros dos diferentes órgãos da F.N.L.A. são nomeados pelo Presidente que dirige e supervisiona todos os órgãos do Movimento.

Art. 16.º — A destituição e substituição dos membros dirigentes é da competência exclusiva do Presidente da F.N.L.A.

ALTERAÇÕES E OMISSÕES

Art. 17.º — O Presente Estatuto está sujeito a alterações desde que as circunstâncias e as necessidades da Revolução o exijam.

Art. 18.º — Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pelo Bureau Político, especialmente convocado pelo Presidente da Frente Nacional de Libertação de Angola «F.N.L.A.».

Plano revolucionário da F. N. L. A.

Angola, Angola
O Poder acorda com a
O Poder acorda com a
O Poder acorda com a
O Poder acorda com a
O Poder acorda com a
O Poder acorda com a
O Poder acorda com a
O Poder acorda com a
O Poder acorda com a
O Poder acorda com a

Composto e impresso
na Tipografia Angolana
LUANDA

Angola
Angola

Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola

Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola

Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola

Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola

Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola

Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola

Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola

Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola

Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola
Angola

hino revolucionário da F. N. L. A.

Angola, Angola
Ó Pátria nossa sem igual
Ó Terra Mãe fonte d'heróis
Desde Cabinda até ao Cunene
És una, és grande
Nós te louvamos Pátria Mãe
De peito erguido e com fervor
Nós marchamos sem temor
Ó Pátria amada
Ó nossa glória
Angola, Angola
Tu vencerás

LIBERDADE E TERRA



marcha revolucionária

Angolamos avante
Para a liberdade marchar
Nesta luta triunfante
A vitória conquistar

Bis { Lutar, lutar
Lutar, lutar
Nesta luta triunfante
Angola vencerá